

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

A DUPLA JORNADA DE TRABALHO DA MULHER TRABALHADORA

As mulheres no Brasil ainda enfrentam uma carga desproporcional de trabalho doméstico e de cuidado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas dedicam, em média, 21,6 horas semanais a essas atividades, enquanto os homens gastam apenas 11 horas. Essa diferença de 10,6 horas reflete a chamada dupla jornada, na qual, além do emprego formal, as mulheres seguem sobrecarregadas com responsabilidades não remuneradas, muitas vezes naturalizadas como parte de seu papel social.

A falta de serviços públicos que auxiliem na re-

distribuição dessas tarefas, como creches, lavanderias comunitárias e restaurantes populares, mostra o quadro real dessa desigualdade. Além disso, as condições precárias de trabalho e a defasagem salarial reforçam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no capitalismo. Diante desse cenário, a redução da jornada de trabalho e a ampliação de direitos sociais são medidas fundamentais para aliviar essa sobrecarga. A luta contra a escala 6x1, que atinge milhões de trabalhadoras no país, é, portanto, também uma luta por dignidade e melhores condições de vida. **pág. 6**



8 de Março de 2024, em Campinas, SP. Foto: Jornal O Futuro.



Foto: Raimundo Paccó/Agência Pública

RESISTÊNCIA INDÍGENA: Como o movimento enfrentou Helder Barbalho

Mais um capítulo vergonhoso na história do governador Hélder Barbalho (MDB) no Pará foi escrito durante a ocupação da SEDUC. A luta unificada pela educação no Pará confrontou as práticas coloniais de repressão e forçou o governo a negociar, garantindo a

vitória e a derrubada da Lei 10.820. As táticas utilizadas pelo governo não conseguiram esconder a realidade: Helder Barbalho se posiciona contra o povo, contra os indígenas e contra a educação, favorecendo os interesses da burguesia. **pág. 3**

ENSINO A DISTÂNCIA:

EaD cresce no ensino superior privado e deve ultrapassar matrículas presenciais. **pág 12**

DEEPSEEK:

Disputa imperialista por liderança tecnológica. **pág 11**

TRUMP ATACA:

Cruzada de Trump contra a identidade de gênero. **pág 10**

BOLSONARO DENUNCIADO:

Procuradoria-Geral da República oferece denúncia contra Jair Bolsonaro e aliados golpistas. **pág 8**

Editorial

No mês da mulher trabalhadora, lutar contra a dupla jornada!

No mês de março, quando toda a propaganda capitalista busca transformar o “dia da mulher” em uma celebração comercial, resumida a flores e chocolates, é dever das e dos comunistas lembrar à classe trabalhadora a origem socialista do 8 de março. Essa data, nascida como “dia da mulher trabalhadora”, representa muito mais do que um dia de “agradecimento” às mulheres: ela é um dia de luta pelo fim de toda forma de opressão que pesa sobre as trabalhadoras.

Hoje, apesar de séculos de luta das mulheres, as brasileiras ainda enfrentam jornadas exaustivas em trabalhos precarizados ao mesmo tempo que são responsabilizadas pela imensa maior parte do trabalho doméstico e de cuidados com seus familiares. O machismo, mesmo não sendo uma invenção do capitalismo, foi remodelado e aprofundado na sociedade burguesa moderna. Com o objetivo de alcançar um maior nível de dominação e exploração da classe trabalhadora, essa forma de opressão é mobilizada diariamente para rebaixar a remuneração feminina ou manter as trabalhadoras presas às atividades ditas “de mulher”, minando sua autoestima e a consciência de sua força social. O 2º Relatório de Transparência Salarial revelou que as trabalhadoras no Brasil ainda ganham 20,7% menos do que os homens, isso considerando apenas as 50.692 maiores empresas, com 100 ou mais empregados.

Atualmente, o debate nacional sobre o fim da escala 6x1 colocou na ordem do dia a necessidade de repensar a jornada de trabalho e seus efeitos na vida de trabalhadoras e trabalhadores. Essa luta central de toda a classe trabalhadora encontra também suas especificidades para as mulheres proletárias, que estão ainda mais presentes que os homens nos empregados que utilizam escalas 6x1. Em uma realidade onde as trabalhadoras são submetidas a extensas jornadas de trabalho, com suas alarmantes características precarizantes, a redução da jornada não só amplia a autonomia da classe trabalhadora sobre seu próprio tempo como também amplia a possibilidade de acesso ao lazer e ao descanso, essenciais ao bem-estar psicológico e físico.

A dupla jornada de trabalho é a realidade da imensa maioria das trabalhadoras, que além de seus empregos formais ainda precisam sustentar toda uma segunda jornada de trabalho em seus lares, nas atividades de reprodução social. A separação social entre o trabalho produtivo (realizado na esfera pública para a produção de mercadorias) e o trabalho reprodutivo (aquele realizado na esfera privada, que se destina à reprodução da vida humana) só poderá ser abolida em uma sociedade socialista, onde todas as necessidades da produção social estarão subordinadas às necessidades da reprodução humana, e não o contrário, e onde o trabalho reprodutivo será socializado também na esfera pública. Enquanto isso não acontecer, além da exploração que sofrem de seus patrões, as mulheres ainda estarão sujeitas à subordinação econômica, social e moral aos homens, seja no ambiente doméstico ou mesmo fora dele. Dessa dupla opressão, continuará brotando permanentemente a irrisignação e a resistência das mulheres trabalhadoras, até o dia de sua emancipação!



Economia

Novo aumento nos combustíveis: Inflação, exploração e lucro privado

Em fevereiro, a classe trabalhadora teve uma notícia pesada no bolso. O aumento do ICMS sobre a gasolina e o diesel, decidido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), presidido pelo Ministério da Fazenda de Fernando Haddad, em outubro de 2024, entrou em vigor. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual, teve suas alíquotas fixas reajustadas em todo o país. A gasolina passou de R\$ 1,37 para R\$ 1,47 por litro, e o diesel de R\$ 1,06 para R\$ 1,12 por litro. A alta nos combustíveis afeta diretamente o transporte e, conseqüentemente, o preço de produtos essenciais, como alimentos.

Esse aumento no ICMS decorre de uma mudança na forma de cálculo sancionada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em 2022. Antes, a alíquota variava de estado para estado e acompanhava a média dos preços dos combustíveis. Agora, o valor é fixo por litro e decidido anualmente pelo Confaz. Com isso, os estados buscam recompor suas receitas após a redução temporária do ICMS promovida pelo Governo Bolsonaro de forma oportunista para tentar garantir a vitória eleitoral em 2022.

Apesar de ser um imposto estadual, o Governo Federal tem sua parcela de responsabilidade. A equipe econômica de Lula negociou a retomada das alíquotas reduzidas e sancionou a continuidade do modelo atual. Para os trabalhadores, isso se traduz em custos adicionais na hora de abastecer, sem que soluções estruturais para aliviar esse impacto sejam oferecidas.

Como se o aumento do ICMS não fosse suficiente, a Petrobras anunciou um reajuste de R\$ 0,22 por litro no preço do diesel nas refinarias. O combustível, que já estava com preços elevados, agora custará R\$ 3,72 para as distribuidoras. Esse aumento de 6,29% foi justificado pela defasagem nos preços em relação ao mercado internacional, levantando questionamento sobre o suposto fim do PPI (Política de Paridade de Importação) anunciado pelo Governo Lula-Alckmin.

A Petrobras enfrenta pressão dos acionistas privados e da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis,

que querem aumentar suas receitas. Apesar do Governo Federal ser o principal acionista e ter assento no conselho da estatal, a influência direta sobre os reajustes têm se mostrado limitada, dado a postura do Governo Lula de evitar ao máximo qualquer embate com os interesses privados dos diversos setores da classe dominante. No entanto, a decisão de aumentar os preços ocorre em um momento politicamente delicado, agravando a inflação e dificultando ainda mais a já improvável recuperação da popularidade de Lula.

Esses aumentos têm gerado movimentações no setor de transporte de cargas, especialmente entre os caminhoneiros autônomos. No entanto, até o momento, não há mobilizações concretas ou paralisações em curso. Lideranças nacionais dos transportadores autônomos de carga se reuniram dia 8 de fevereiro, no Porto de Santos, em São Paulo, para discutir os impactos do reajuste. Não houve comunicado posterior à reunião. Um representante da categoria em Passo Fundo (RS), afirmou que uma greve não está descartada. Por outro lado, o Governo Federal, liderado por Lula, tem minimizado a possibilidade de uma paralisação. Enquanto as novas tarifas de transporte já começam a ser repassadas, aumentando o custo dos produtos para o consumidor final, o risco de uma greve continua presente, especialmente entre os autônomos.

Esse novo aumento dos combustíveis aponta para uma contradição insuperável no atual modelo. Enquanto a Petrobras não for 100% pública, controlada pelo povo trabalhador, revertendo tudo que foi privatizado nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, e caminharmos para uma política soberana de autossuficiência energética com prioridade de abastecer o mercado interno, teremos, de tempos em tempos, choques de aumento de custos que servem única e exclusivamente para manter repasses bilionários de lucros e dividendos aos acionistas privados da Petrobras e garantir lucros igualmente bilionários para os importadores de combustível.



Lideranças nacionais dos transportadores autônomos de carga se reuniram dia 8 de fevereiro, no Porto de Santos, em São Paulo, para discutir os impactos do reajuste, com articulação feita através das redes sociais. Fabio: Chorão Caminhoneiro/Reprodução.

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br



Foto: Raimundo Paccó/Agência Pública

Amazônia

Resistência Indígena: Como o movimento enfrentou Helder Barbalho

A luta unificada pela educação no Pará confrontou a repressão e forçou o governo da “Frente Ampla” a negociar, garantindo a vitória e a derrubada da Lei 10.820.

Mais um capítulo vergonhoso na história do governador Hélder Barbalho (MDB) no Pará foi escrito durante a ocupação da SEDUC. Negou o diálogo com os indígenas e professores que lutavam contra a Lei 10.820 até o último momento e pela demissão do Secretário de Educação, Rossieli. Utilizou várias táticas para desmoralizar o movimento frente a população, como a difamação e a cooptação de lideranças, fazendo disso uma grande encenação para as mídias locais.

Indígenas, quilombolas e professores ocuparam a Secretaria de Educação do Pará (SEDUC-PA) desde 14 de janeiro, em protesto contra a Lei 10.820/2024 que substituiu o ensino presencial pelo remoto, medida vista como um retrocesso aos direitos dos povos tradicionais. A greve dos docentes, iniciada em 23 de janeiro, ampliou a pressão sobre o governo estadual, exigindo a revogação da lei e a exoneração do secretário de Educação, Rossieli Soares.

A Lei nº 10.820/2024, que tinha sido sancionada pelo governador Helder Barbalho, extinguiu o Sistema Modular de Ensino (SOME) e o Sistema Modular de Ensino Indígena (SOMEI) - sistemas essenciais para garantir educação presencial de qualidade em todas as comunidades do campo, das águas e das florestas.

Uma das principais táticas de Helder Barbalho foi a divulgação de calúnias, difamações e mentiras, o que chegou a ensejar um processo judicial de iniciativa da Defensoria Pública da União (DPU) contra o governo paraense. A narrativa difamadora do governo incluía acusações de “vandalismo” contra os indígenas e distorções sobre as demandas do movimento.

Outras táticas também foram denunciadas pelas lideranças em protesto, como a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para a formulação da política de educação indígena, do qual povos críticos à gestão atual foram excluídos. A escolha de etnias alinhadas ao governo para participar das negociações, juntamente com a ênfase em su-

postos “avanços” obtidos com parte dessas lideranças, tinha como objetivo isolar os grupos opositores.

A ausência de representantes de 26 povos indígenas nas reuniões oficiais evidenciou a tática de marginalizar vozes dissidentes. Lideranças denunciaram que o governo desconsiderou o princípio da consulta prévia, livre e informada, estabelecido pela Convenção 169 da OIT, ao impor representantes não legitimados pelas comunidades. Segundo elas, o governador Barbalho evitou o diálogo com os verdadeiros representantes indígenas, numa clara tentativa de dividir o movimento e impor uma agenda sem legitimidade.

Barbalho também se utilizou da estrutura pública para fins próprios, como transportes aéreos realizados para se reunir com indígenas alinhados ao governo. Quatro membros do povo Wai Wai participaram de uma reunião com Barbalho na sede do Executivo, após voar em um avião fretado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins. Oficialmente, o voo tinha como objetivo transportar medicamentos e uma equipe que assumiria interinamente o Polo Base de Oriximiná. Os indígenas viajaram de Oriximiná a Belém, com possíveis rotas adicionais planejadas. A reunião contou com a presença do titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Pará (Sepiy), Puyr Tembê, que defende o posicionamento do governador.

Membros das organizações indígenas, como Roque Wai Wai, criticaram o uso de recursos públicos para transporte de manifestantes, argumentando que o avião poderia ter sido direcionado para outras necessidades, como levar pacientes ou colaboradores do Distrito Sanitário Especial Indígena. Além disso, a empresa responsável pelo voo, Piquiatuba Táxi Aéreo, é ré em ações por garimpo ilegal em uma reserva biológica no Pará.

As táticas de divisão do movimento indígena não são novas. Desde a chegada dos colonizadores ao Brasil, essa estratégia foi amplamente utili-

zada para enfraquecer e fragmentar a resistência indígena. Os colonizadores cooptavam lideranças, ofereciam privilégios a alguns e usavam esses grupos como pretexto para ignorar ou reprimir aqueles que realmente lutavam contra a exploração.

Em Rio Babel: A História das Línguas na Amazônia, José Ribamar Bessa Freire revela como o colonialismo utilizava a fragmentação e o controle sobre lideranças indígenas para facilitar o domínio da Amazônia. Essa estratégia pode ser comparada às políticas atuais do governo, que buscam enfraquecer aqueles que resistem a ofensiva dos tubarões da educação e seus projetos de Ensino à distância. O governo de Helder seguiu o mesmo modelo, manipulando representações indígenas para simular um diálogo que, na prática, excluía os verdadeiros representantes.

O governo tentou a todo custo desmoralizar o movimento, criar a ilusão de que havia um acordo e desmobilizar a resistência. Mas os indígenas continuaram firmes, denunciando esse teatro político e no vigésimo quarta dia de ocupação, o governador se viu obrigado a negociar. Nesse sentido, a unidade entre o movimento grevista docente e a mobilização indígena tem um significado histórico, demonstrando a força da aliança entre o proletariado e os povos indígenas.

O governo assinou um compromisso que previa que o Poder Executivo encaminhasse à Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) um novo projeto de lei para revogar a Lei e restaurar os direitos anteriormente suprimidos. Após um mês de ocupação, greve docente e intensas mobilizações, o movimento unificado conquistou a anulação da Lei 10.820/24. A revogação foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa em 12 de fevereiro.

Essa mobilização se destaca como um exemplo notável de luta popular unificada, especialmente em um cenário de estagnação dos movimentos de massas no país e da

indiferença dos setores governistas em relação às demandas da classe trabalhadora e das camadas oprimidas do povo. O movimento conseguiu impor um recuo significativo ao governador Helder Barbalho, evidenciando a força da organização coletiva.

Com o intuito de documentar as violações de direitos ocorridas durante esse processo, a organização Terra de Direitos elaborou o dossiê “Violações de Direitos na Luta em Defesa da Educação Escolar Indígena”, que reúne informações detalhadas sobre os abusos cometidos pelo Estado. Esse documento será utilizado para responsabilizar as autoridades envolvidas e garantir que as infrações não passem impunes.

O movimento exige que o governo estadual se responsabilize pelos erros cometidos e respeite os direitos das comunidades tradicionais, com ênfase na garantia de uma educação inclusiva e participativa. A exoneração de Rossieli Soares, secretário de educação do estado, continua sendo uma das principais reivindicações.

O governo de Helder Barbalho tem sido alvo de críticas por adotar práticas que criminalizam movimentos sociais e manipulam lideranças para manter o controle político. Embora o governador seja parte da “Frente Ampla” com a qual o campo social-liberal pretende salvar a democracia burguesa brasileira, suas práticas evidenciam os limites desta aliança com os setores ligados diretamente à grande burguesia do campo e da cidade, como Helder, cujas práticas autoritárias apresentam poucas diferenças em relação ao bolsonarismo.

Do mesmo modo, o episódio evidencia o limite das articulações institucionais para fazer avançar os interesses populares. Após uma década de fortalecimento do movimento indígena (que culminou inclusive na indicação de uma representante dos povos indígenas, Sonia Guajajara, para o primeiro escalão do governo Lula-Alckmin), as táticas de ocupação de postos governamentais revelam ter dado pouco ou nenhum resultado. Por isso mesmo, o movimento contribuiu enormemente para a elevação da consciência e organização dos povos em luta, fortalecendo a construção de sua autonomia política em aliança com os trabalhadores da cidade e do campo.

As táticas utilizadas pelo governo não conseguiram esconder a realidade: Helder Barbalho se posiciona contra o povo, contra os indígenas, contra os trabalhadores e contra a educação, favorecendo os interesses da burguesia paraense. Rumo à COP 30, que será realizada no estado do Pará, ainda podemos esperar diversas batalhas entre o governo (representantes dos ruralistas, financistas e industriais) e os movimentos indígenas e proletários, únicos portadores de uma visão de mundo capaz de realizar de fato uma sociedade em favor das maiorias sociais e do combate à catástrofe climática - uma sociedade socialista.

Amazônia

Lula entrega Foz do Amazonas a Davi Alcolumbre

A eleição de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para a presidência do Senado intensificou a disputa pela exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas. Dois dias após assumir o cargo, ele reuniu-se com o presidente Lula para defender a liberação da licença ambiental do Ibama à Petrobras. O Amapá, estado representado por Alcolumbre, seria um dos principais beneficiários dos royalties e recursos gerados pela exploração, enchendo os caixas dos políticos da direita local.

Lula declarou que irá pessoalmente resolver o impasse e tem pressionado o Ibama a acelerar a análise do processo de licenciamento ambiental. Durante sua visita ao Amapá, em 13 de fevereiro, o presidente criticou o órgão em entrevista à Rádio Diário FM, acusando o Ibama de estar com “lenga-lenga” pela demora no processo de licenciamento. Ele também insinuou uma postura conspiratória, afirmando: “O Ibama é um órgão do governo, parecendo que é um órgão contra o governo”.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG), também defende o início das perfurações ainda este ano, antes da COP30, conferência climática que o Brasil sediará em novembro de 2025, em Belém (PA).

A expectativa é que a antecipação das atividades evite debates e polêmicas envolvendo o planejamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. A tática busca alinhar os interesses econômicos com as pressões ambientais, especialmente em um momento em que o país estará no centro das discussões globais sobre clima.

Anteriormente, o Ibama negou duas vezes o pedido da Petrobras (2023 e 2024) para a exploração, apontando para inconsistências nos planos de emergência e a falta de consulta às comunidades indígenas. Relatórios técnicos alertam que um vazamento de óleo afetaria 56 áreas protegidas em menos de 48 horas, incluindo o Parque Nacional do Cabo Orange (AP) e territórios dos povos Karipuna e Galibi-Marworno.

Estudos publicados na Nature reforçam os riscos da exploração, que poderia acelerar o aquecimento global, liberando até 5,6 bilhões de toneladas de CO₂, equivalente a 14 anos de emissões brasileiras. Na margem equatorial, a Petrobras planeja perfurar 16 poços apostando em reservas de 30 bilhões de barris. Além disso, a Fiocruz alerta que a contaminação por petróleo agravaria problemas de saúde em comunidades locais, já vulneráveis às mudanças climáticas.

A decisão do IBAMA gerou insatisfação em Alcolumbre, que vê nessa exploração uma oportunidade econômica para os empresários seus aliados, para os grandes bancos e fundos de investimento. A decisão de explorar mais petróleo contrasta com o discurso da

COP30, no qual os governos agitam a promessa de reduzir as emissões de gases de efeito estufa a 0 até 2050 com metas intermediárias, como a redução de 48% até 2025 e de 53% até 2030.

A Petrobras planeja um investimento bilionário na região até 2028, incluindo a construção de uma base operacional, uma base de estabilização de fauna na cidade de Oiapoque, um aeródromo para transportar aeronaves com funcionários e prometendo concluir as exigências do Ibama até março de 2025.

Mas as comunidades indígenas que seriam afetadas por esse grande empreendimento, como os Wajãpi, sequer foram adequadamente consultadas, violando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os compromissos “democráticos e populares” que o governo da “Frente Ampla” petista alega ter. Até agora, a Funai sequer emitiu parecer sobre os impactos da exploração, como denunciou a Cénarium, levando em conta o aumento de ruídos e tráfego aéreo sobre territórios tradicionais, afetando modos de vida ancestrais. O Greenpeace destaca que projetos similares, como o pré-sal, não melhoraram o IDH local, reforçando um modelo extrativista excludente.

A perspectiva de atividades na região tem atraído invasores em busca de oportunidades econômicas, resultando em conflitos com comunidades locais e ameaças constantes. Esse problema destaca a necessidade de medidas de proteção para combater a degradação ambiental e a violação dos direitos dessas populações.

Setores do governo defendem surfar na onda de Donald Trump, que incentiva combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que o Brasil tenta se apresentar como vanguarda ambiental na COP30.

Na mesma toada, grupos ruralistas buscam flexibilizar as regulamentações ambientais na Câmara dos Deputados e no Senado. Alguns projetos que fazem parte do “Pacote da Destruição” foram apresentados no parlamento. Destaca-se o PL 2159/2021, que já foi aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado. Esse projeto pode transformar o licenciamento ambiental de regra em exceção, permitindo que empresas façam autodeclarações sem a devida avaliação.

Alcolumbre representa, além de interesses próprios de seu partido de extrema-direita, também uma aliança entre o agronegócio e os investidores do setor do petróleo, que buscam flexibilizar licenciamentos ambientais. Sua ascensão ao Senado fortaleceu a pressão por projetos extrativistas, em sintonia com políticos social-liberais como Randolfe Rodrigues (PT-AP), que defendem os royalties do petróleo como tábua de salvação econômica para a região Norte.

Deslegitimar o Ibama e criticar as leis ambientais “rígidas” é

jogar o mesmo jogo da bancada ruralista. A postura do neoliberal de Lula-Alckimin favorece justamente os setores que lucram com a destruição ambiental e são os maiores responsáveis pelos graves eventos climáticos contemporâneos.

Desdobramentos estruturais do petróleo e a desnacionalização

A ofensiva para explorar o pré-sal na Foz do Amazonas também se relaciona com a crescente desnacionalização dos recursos energéticos brasileiros. Apesar da empresa brasileira controlar as ações na maioria dos poços na Foz do Amazonas (que contam com investimentos de fundos estrangeiros), outras 13 gigantes estrangeiras como a Shell, Total e BP controlam a maior parte da margem equatorial.

Além disso, mesmo com certo controle sobre a exploração na Foz do Amazonas, a Petrobras hoje está majoritariamente nas mãos de acionistas estrangeiros. Somado à privatização de refinarias em diversas regiões do país, esse cenário coloca em risco a soberania energética do Brasil, tornando-a um objetivo cada vez mais distante.

A dependência de interesses externos e a redução da capacidade de refino nacional evidenciam que explorar o petróleo na foz do Amazonas hoje significa entregar nossos recursos à burguesia internacional, enquanto para a classe trabalhadora brasileira se reserva uma política de preços abusiva, favorável apenas aos acionistas.

Segundo a FUP (Federação única dos petroleiros), em 2022, os acionistas privados controlavam 63,4% do capital total da empresa, e 45% eram acionistas estrangeiros. Só em 2023, a Petrobrás pagou R\$ 61,4 bilhões em royalties. Em 2024, os dividendos contabilizaram 64,2 bilhões, sendo que 47,5% desse valor foi pago a acionistas estrangeiros

e apenas 36,6% foi transferido para a União.

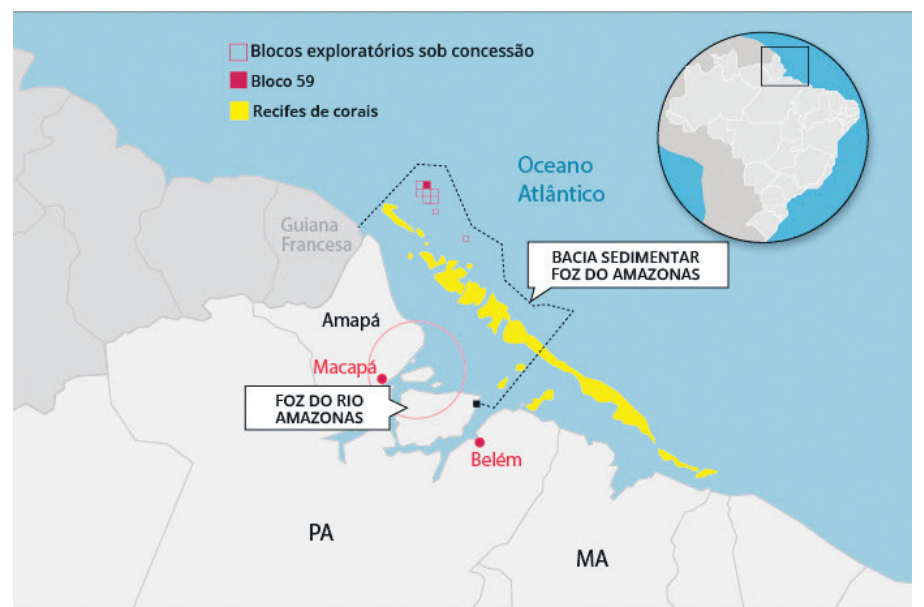
Mas mesmo quanto aos recursos da União, não há transferência direta para saúde, educação ou outros serviços públicos de interesse dos trabalhadores. Grande parte dos recursos é destinada ao pagamento da dívida pública. Enquanto isso, a festa dos dividendos continua: a Petrobras anunciou que, apenas em fevereiro e março deste ano, pagará 17,12 bilhões em dividendos aos seus acionistas.

Recentemente, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) incluiu 47 blocos exploratórios na Bacia da Foz do Amazonas no 5º Ciclo Permanente de Ofertas de Concessões, marcado para 17 de junho. No total, o leilão oferecerá 332 blocos, com a participação de 89 empresas.

A privatização das refinarias, como a Landulpho Alves (BA), a Refinaria Potiguar (RN) e principalmente a Refinaria do Amazonas (REMAN), por preços abaixo do mercado, reduziu a capacidade nacional de refino. A Refinaria Potiguar opera com apenas 40% de sua capacidade e a REMAN, segundo dados da ANP, sofreu uma queda significativa na sua capacidade de processamento de petróleo, com volumes refinados chegando a 71% da capacidade no primeiro trimestre de 2024, desperdiçando potencial energético e causando preços elevados dos combustíveis na região Norte.

A priorização de projetos como a exploração da Foz do Amazonas por parte da Petrobrás, em vez da recuperação das infraestruturas de refino já existentes, demonstra que os interesses por trás dessas ações estão mais alinhados com o lucro imediato dos acionistas do que com quaisquer interesses populares. Apenas a luta de classes do proletariado poderá colocar na ordem do dia a completa estatização da Petrobrás, a retomada da capacidade nacional de refino, uma política de transição energética efetiva e uma política de preços condizente com as necessidades da maioria pobre do povo.

EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA BACIA DA FOZ DO AMAZONAS



Fonte: Petróleo Hoje

Arte: Agência Câmara 29/04/23

Sindical

Seguimos nas ruas: 3º Ato Nacional pelo Fim da Escala 6x1 aponta para um 2025 de lutas

No dia 16 de fevereiro de 2025, trabalhadores e estudantes tomaram as ruas de quase 60 cidades brasileiras em manifestação nacional pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho. Manifestantes pressionaram pela aceleração da tramitação da pauta na Câmara dos Deputados.



Ato em Belo Horizonte ocupa Shopping no centro da cidade. Foto: Jornal O Futuro.

No dia 16 de fevereiro de 2025, trabalhadores, estudantes e militantes de diversas organizações tomaram as ruas de quase 60 cidades brasileiras no 3º Ato Nacional pelo Fim da Escala 6x1 e pela Redução da Jornada de Trabalho. A data foi fruto da articulação construída a partir da Plenária Nacional pelo Fim da Escala 6x1, realizada em 25 de janeiro em formato híbrido (presencial em São Paulo e virtual em todo o país), que contou com a participação de mais de 800 representantes de entidades, organizações e trabalhadores independentes.

Desde 2024, mobilizações periódicas têm ganhado força, mas o ato de 16 de fevereiro representou um salto na unidade e na organização das lutas, apontando para uma agenda de intensas mobilizações em 2025. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ativo nestas cidades, esteve presente na construção deste processo desde a grande manifestação de 15 de novembro de 2024 e esteve na linha de frente das ações nas diversas regiões do país, com uma atuação combativa e empregando diversas táticas de luta em uma defesa intransigente da urgência da pauta. Em cada região, reforçou-se a necessidade de pressionar o governo e o Congresso pela imediata proibição da escala 6x1 e para avançar a pauta pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais em escala 4x3, sem redução de salário.

Os atos ocorreram em quase todas as capitais do país, além de dezenas de cidades em municípios do interior.

Em Belo Horizonte, o ato reuniu cerca de 200 pessoas e contou com a presença de diversas organizações e movimentos sociais. O ato começou na Praça 7, com panfletagens na Feira Hippie, e seguiu para o Shopping Cidade, onde os trabalhadores receberam a militância com entusiasmo. A entrada no shopping, tática defendida pelo PCBR, foi um marco, mostrando a importância de levar a luta diretamente aos locais de trabalho. A fala do

camarada Diego Miranda, do PCBR, destacou: “Hoje a classe trabalhadora, em todo o Brasil, se reúne para lutar pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho!”, acrescentando a necessidade de que seja protocolada a PEC pelo fim da 6x1.

Em Aracaju, o ato contou com mais de 100 pessoas, majoritariamente de ocupações urbanas e comunidades quilombolas. O PCBR e a União da Juventude Comunista (UJC) compuseram o bloco que marchou para o Hipermercado Mix Matheus, ponto alto da manifestação, com panfletagens e diálogos diretos com os trabalhadores.

No Distrito Federal, o ato foi marcado pela ação no Shopping Conjunto Nacional. Apesar da resistência inicial da equipe de segurança, a entrada no shopping foi um sucesso, com a maioria dos trabalhadores das lojas parando suas atividades para observar, gravar e participar da agitação.

Na capital paraense, a manifestação marchou até o Supermercado Líder, grande rede monopolista local, onde desenvolveu sua agitação. A diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE), camarada Belém, criticou a ausência dos ativistas pró-governo Lula e as tentativas, por parte dos social-liberais, de adiar a pauta.

Em Porto Alegre, onde a luta dos trabalhadores comerciários da rede Zaffari tem pautado a política municipal há meses, a manifestação ocupou temporariamente uma loja do McDonalds, buscando construir a unidade na luta com os trabalhadores do setor de fast food.

Em Macapá, o ato foi promovido pela militância do PCBR, que entrou em um Shopping para realizar sua agitação. A intervenção chamou a atenção dos trabalhadores e seguiu mesmo com a presença da segurança local e da força policial do Estado. As camaradas Clara e Letícia destacaram em suas falas como a escala 6x1 afeta a saúde mental de trabalhadoras mães e estudantes, que frequentemente enfrentam duplas ou triplas

jornadas de trabalho.

Em Manaus, o ato concentrou-se na Feira do Fuxico, zona leste da cidade. A cobertura da imprensa local foi positiva, dando destaque à fala do camarada Lucas, do PCBR: “Nossa expectativa é manter os atos e ampliar o movimento com a adesão de outros sindicatos e movimentos sociais, além da participação popular.”

No Rio de Janeiro o ato começou às 11h, em frente ao Shopping Madureira, panfletando para os trabalhadores que aguardavam a abertura das portas ao meio-dia. Quando o ato marchou pelo interior do Shopping, os trabalhadores pararam suas atividades para ouvir as palavras de ordem do movimento.

Na capital potiguar, a marcha pelo interior do Shopping Midway teve ampla repercussão na imprensa local, que se dividiu entre comentários direitistas raivosos em defesa dos patrões, por um lado, e um reconhecimento do entusiasmo gerado pela pauta em meio aos trabalhadores locais, por outro lado.

Em Salvador, o ato foi realizado em frente ao Shopping Bela Vista, em razão do grande número de trabalhadores no entorno. A segurança do shopping tentou impedir o ato, mas a militância manteve-se firme e realizou agitações e panfletagem com a população na parte de fora.

Em Santa Catarina, aconteceram atividades em Chapecó, Blumenau, Florianópolis e Itajaí. Em Chapecó, o ato foi realizado no dia 15/02, com panfletagens no comércio central e falas em frente à loja Havan, e teve impacto político significativo, com relatos de apoio da população local. Em Blumenau, uma roda de conversa foi organizada no Parque Ramiro Ruediger. Em Florianópolis, a atividade ocorreu no Floripa Shopping, com panfletagens nas entradas e em mercados próximos. Já em Itajaí, a panfletagem foi realizada no Itajaí Shopping e no Calçadão Hercílio, com diálogos diretos com entregadores de aplicativo, seguranças e

trabalhadores em folga, que se mostraram favoráveis à pauta.

Em São Paulo, o ato foi um dos maiores do país, reunindo entre 500 e 1000 pessoas na Avenida Paulista. A concentração começou no MASP e seguiu em marcha até a Praça do Ciclista, com uma parada no Shopping Center 3 para a agitação no seu interior. A entrada no shopping foi um momento marcante, com trabalhadores parando suas atividades para ouvir as palavras de ordem e receber panfletos. O ato teve um impacto significativo, com boa distribuição de jornais e diálogos com transeuntes. A manifestação reforçou a importância da construção dos comitês locais para coordenar e dirigir em cada cidade a luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais.

No Vale do Paraíba, atos e atividades em São José dos Campos, Taubaté e Lorena. Em São José dos Campos, o ato foi realizado em frente ao Shopping Center Vale, com falas e panfletagens. Em Taubaté, a manifestação foi realizada no Taubaté Shopping. O protesto caminhou pelo interior do shopping, com trabalhadores parando suas atividades para ouvir as palavras de ordem. Em Lorena, foram realizadas panfletagem e colagem de lambes, com receptividade positiva de trabalhadores e transeuntes apoiando a pauta.

Em algumas regiões, como Macapá e no Distrito Federal, houve tentativas de repressão por parte da segurança privada e da polícia, mas a militância manteve-se firme e serena, garantindo o sucesso e o caráter pacífico das manifestações. Em nenhum local houve graves confrontos, mas a presença policial foi um lembrete permanente da necessidade de organização e unidade nas lutas da classe trabalhadora. Os shoppings, símbolos da circulação capitalista de mercadorias, tornaram-se palco da luta contra essa forma de exploração, e a reação dos seguranças privados e da polícia evidencia o papel do Estado e da violência na defesa do regime capitalista.

A tentativa de impedir a agitação política dentro desses espaços mostra que a burguesia não apenas impõe condições desumanas de trabalho, mas também se utiliza de seu aparato repressivo para sufocar qualquer resistência organizada e a própria liberdade de expressão da classe trabalhadora. Isso reforça a necessidade de intensificar as mobilizações e construir um movimento combativo, capaz de enfrentar tanto a exploração direta quanto sua sustentação repressiva. O 3º Ato Nacional pelo Fim da Escala 6x1 foi um marco na luta da classe trabalhadora, mostrando que a unidade e a pressão popular são fundamentais para fazer avançar a pauta. As organizações presentes reafirmaram seu compromisso com essa luta, destacando o grande potencial mobilizador da pauta, inclusive na luta contra a extrema-direita e todos os representantes da política econômica dos patrões, permitindo elevar a um patamar superior a luta da classe trabalhadora organizada.

Política

8 de Março: A dupla jornada de trabalho da mulher trabalhadora



8 de Março de 2024, em Campinas, SP. Foto: Jornal O Futuro.

Se desejamos combater a dupla jornada que pesa sobre as mulheres trabalhadoras, a redução da jornada de trabalho é uma questão fundamental. A luta pelo fim da escala 6x1, que emprega milhões de mulheres em todo o Brasil, é também uma luta por dignidade para as trabalhadoras.

Instituído pela primeira vez pelas mulheres socialistas, o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, tem sua origem nas lutas das trabalhadoras por melhores condições de trabalho e contra a dependência econômica e a privação de direitos. No Brasil contemporâneo, a publicidade burguesa busca reduzir o 8 de Março a uma data comercial, apagando seu conteúdo político proletário. Mas para o movimento da classe trabalhadora, é essencial considerar essa data como um momento destacado para a denúncia da dupla jornada de trabalho imposta às trabalhadoras brasileiras a partir da dinâmica da exploração capitalista e da divisão sexual do trabalho.

No capitalismo, a divisão sexual do trabalho é um dos mecanismos mais eficazes para perpetuar a exploração do trabalho reprodutivo imposto às mulheres. Tratadas historicamente como tarefas “naturalmente femininas”, as funções de cuidado da família e do lar são invisibilizadas pela sociedade e consideradas como secundárias, além de serem profundamente desvalorizadas economicamente. Essas tarefas, que são essenciais para a manutenção da força de trabalho e da estrutura social, não recebem a mesma valorização que o trabalho socialmente produtivo realizado fora de casa. Na ausência de

creches, lavanderias e refeitórios públicos em quantidade suficiente, esses trabalhos de cuidados são realizados domesticamente pelas mulheres, em vez de serem socializados de maneira comunitária. Ainda hoje, por exemplo, as mulheres são desigualmente responsabilizadas pelo cuidado das crianças, exercido individualmente pelas mães dentro de casa, o que restringe o acesso das mulheres à vida pública, dificultando seu desenvolvimento social e pessoal.

A realidade das mulheres trabalhadoras no Brasil

A realidade da mulher trabalhadora no Brasil, portanto, é marcada pela superexploração de sua força de trabalho, que é exigida tanto na produção em fábricas, escritórios, hospitais, escolas, como nas tarefas de cuidado dentro de casa. O trabalho doméstico e o cuidado da família, que são parte da reprodução da força de trabalho, são reconhecidos como trabalho quando executados por trabalhadoras domésticas remuneradas, mas são tratados como uma obrigação das mulheres quando realizados no interior da própria família, não recebendo nenhum reconhecimento econômico.

De acordo com dados do Ins-

tituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, as mulheres, em média, dedicam 21,6 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, enquanto os homens dedicavam apenas 11 horas semanais a essas atividades. A diferença de 10,6 horas semanais é um dos reflexos da dupla jornada de trabalho que afeta as mulheres, sobrecarregando-as não só com as jornadas de trabalho remuneradas, mas também com as responsabilidades domésticas não remuneradas, que são tidas como parte da sua obrigação natural dentro de uma sociedade patriarcal.

Essa dupla jornada de trabalho não é uma simples escolha das mulheres, mas uma imposição da divisão sexual do trabalho. Ao longo dos séculos, as mulheres foram socialmente condicionadas a exercer papéis secundarizados dentro da família, sendo as principais responsáveis pelos cuidados com a casa, os filhos, os idosos etc.

O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2015 revelou que a jornada total média das mulheres no Brasil era de 53,6 horas semanais, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. A diferença de 7,5 horas semanais é um reflexo da sobrecarga da mulher trabalhadora, que acumula seu trabalho remunerado com as funções domésticas. A mulher, ao ser obri-

gada a desempenhar essas múltiplas funções, tem sua saúde física e mental comprometida, além de ver seu tempo e sua energia constantemente dilacerados entre o trabalho profissional e as tarefas de cuidado.

Para agravar ainda mais essa situação, a divisão sexual do trabalho não desvaloriza apenas o trabalho reprodutivo das mulheres, mas também seu trabalho social na esfera pública, onde as mulheres também são predominantemente alocadas em funções “de cuidados”, como o trabalho doméstico nas casas de terceiros, a enfermagem, entre outros. Na própria indústria têxtil, por exemplo, predomina o trabalho feminino simplesmente porque fazer roupas é considerado “coisa de mulher” – de cerca de 1,7 milhão de brasileiros empregados no setor têxtil, mais de 70% são mulheres. Some-se a isso a própria desvalorização dos salários femininos, que são sistematicamente menores que os dos homens, sendo para isso utilizadas todo tipo de desculpas machistas por partes dos empregadores, desde a suposta “inferioridade” da qualificação feminina até o fato de que as mulheres supostamente não poderiam se dedicar às empresas da mesma forma que os homens, justamente porque são responsabilizadas em seus lares com toda uma série de outros trabalhos, como levar os filhos ao médico, levar e buscar na escola etc.

A realidade das mulheres em situação de informalidade e pobreza

A situação da mulher trabalhadora no Brasil se agrava quando se considera o número crescente de mulheres que se veem forçadas a entrar no mercado de trabalho informal. A elevada informalidade laboral, característica de uma economia capitalista dependente, afeta de maneira ainda mais brutal as mulheres negras, indígenas e transsexuais.

Em muitos casos, as mulheres precisam se submeter ao trabalho precário, com baixos salários e sem direitos trabalhistas, como no caso das diaristas domésticas, das costureiras, das vendedoras ambulantes e de outras atividades informais. O trabalho informal coloca as mulheres em uma posição ainda mais vulnerável, na qual, além de suas atribuições domésticas, elas precisam lidar com as incertezas e inseguranças da informalidade, sem qualquer tipo de amparo jurídico ou previdenciário.

Para as mulheres negras, a sobrecarga é ainda mais intensificada. Elas enfrentam não só a divisão sexual do trabalho, mas também o racismo que as coloca em uma posição ainda mais subalternizada. No Brasil, a exploração da trabalhadora negra no mercado de trabalho informal é uma realidade cada vez mais visível. Dados do IBGE revelam que mulheres negras, em sua maioria, estão em trabalhos mais precários e com menor renda, uma vez que a sociedade capitalista impõe sobre elas uma exploração ainda maior, devido à combinação do machismo e do racismo.

O capitalismo, com sua lógica de maximização do lucro, não está estruturado para atender às necessidades das mulheres trabalhadoras. Nessa sociedade, a reprodução da vida humana sempre estará subordinada e desvalorizada

em face da produção de mais-valor. A carência de serviços públicos que permitam à classe trabalhadora coletivizar e socializar as tarefas de cuidado, como creches, refeitórios e lavanderias, bem como a falta de condições de trabalho dignas e com salários justos, expõem a incapacidade do modelo capitalista de assegurar a dignidade às mulheres trabalhadoras. A redução da jornada de trabalho e a implementação de direitos sociais que possam aliviar a sobrecarga das mulheres são questões fundamentais, mas que só podem ser conquistadas por meio da luta organizada da classe trabalhadora, pautada por uma perspectiva feminista marxista. Por isso mesmo, a luta pelo fim da escala 6x1, que emprega milhões de mulheres em todo país, é também uma luta por dignidade para as trabalhadoras.

O custo psicológico da divisão sexual do trabalho

As múltiplas jornadas de trabalho acarretam um alto custo para a saúde das mulheres trabalhadoras. O trabalho excessivo, combinado com a pressão por desempenhar múltiplos papéis dentro e fora de casa, gera um estresse crônico. A sobrecarga mental e emocional é um dos maiores impactos desse processo, pois as mulheres são constantemente pressionadas a manter o equilíbrio entre o trabalho remunerado e as tarefas domésticas. Este desgaste psicológico leva ao aumento de problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e exaustão, que afetam diretamente a qualidade de vida das mulheres, criando um ciclo vicioso de desgaste físico e emocional.

Além disso, a violência contra a mulher também é exacerbada pelo contexto da divisão sexual do trabalho. A dependência econômica em relação aos parceiros e a inferiorização social das mulheres

contribuem para o aumento da violência doméstica, que ainda é uma realidade cotidiana para milhões de mulheres brasileiras. Em 2023, o número de mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica foi de 258.941, o que representa um aumento de 9,8% em comparação com 2022, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Esse fator de opressão é um reflexo direto das condições desiguais em que as mulheres são colocadas na dinâmica capitalista, sendo tratadas como cidadãs de segunda classe. Desnecessário dizer que também esse quadro de violência sistemática contribui enormemente para o adoecimento psíquico das mulheres trabalhadoras.

A luta de classes e a exploração das mulheres no capitalismo

O trabalho reprodutivo, entendido como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos e membros da família, constitui um eixo central da exploração das mulheres no capitalismo. A separação entre o trabalho produtivo (aquele que gera lucro para os capitalistas) e o trabalho reprodutivo (aquele que garante a continuidade da força de trabalho) é uma das formas mais evidentes da exploração feminina. Embora as mulheres tenham se inserido no mercado de trabalho, essa inserção se dá em posição ainda sim desvalorizada, e muitas continuam a carregar o peso das responsabilidades domésticas. Isso contribui diretamente para a sua marginalização nos espaços de decisão política e econômica, mesmo no interior dos movimentos populares. As mulheres são as responsáveis primárias pelo cuidado doméstico e pela educação dos filhos, o que se traduz em uma sobrecarga constante e uma

obstrução à sua participação igualitária na esfera pública e no movimento social dos trabalhadores.

A luta das mulheres trabalhadoras deve ser fundamentada na análise de que as opressões de gênero, raça e sexualidade não são fenômenos isolados, mas estão intrinsecamente ligados à estrutura econômica capitalista. A luta contra o machismo, o racismo, a LGBTfobia e outras formas de opressão deve ser conduzida coletivamente pelos comunistas, dentro de uma perspectiva revolucionária. As opressões sexistas, racistas e capacitistas não devem ser vistas como casos individuais, mas como os produtos de uma estrutura social que precisa ser transformada por meio da revolução. É esse o verdadeiro caminho para a emancipação das mulheres e de todos os povos oprimidos.

A verdadeira emancipação da mulher no mundo do trabalho só ocorrerá quando esse sistema que explora as mulheres e as coloca em uma posição subalterna, tanto na esfera econômica quanto social, for rompido. Onde as mulheres não sejam vistas apenas como força de trabalho que deve ser explorada em todas as frentes, mas como sujeito ativo na construção de uma sociedade livre da opressão, como uma força de vanguarda da classe trabalhadora. Apenas em uma sociedade socialista será possível não apenas socializar cada vez mais os trabalhos reprodutivos, pondo fim à dupla jornada das trabalhadoras, mas também colocar o poder político nas mãos das massas trabalhadoras, incluídas aqui em pé de igualdade as mulheres. O 8 de Março deve ser, portanto, uma data de resistência e de luta das mulheres trabalhadoras de todo o mundo. E, no atual momento histórico, como parte da luta para aliviar o peso da dupla jornada que recai nos ombros das trabalhadoras, deve ser uma data destacada para a luta pela redução da jornada de trabalho!

DICA DE LEITURA *Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras* é um texto de 1985, apresentado em 1984 na Iugoslávia.

Heleieth Saffioti traz o feminismo compreendido enquanto uma nova perspectiva científico-política, levando em consideração os antagonismos entre as relações de gênero enquanto estruturador das sociedades capitalistas e a estrutura complexa das sociedades de classes, a luta de classes.

Saffioti trata de dados de 1872-1982, abrangendo o período antes e depois do processo de industrialização. A análise da autora é para revelar a dinâmica da incorporação das mulheres na força de trabalho no Brasil em dois momentos distintos: durante o regime escravista até o início do processo de industrialização, e daí em diante até o momento contemporâneo.

A economia escravocrata brasileira, quer na sua fase colonial, quer na fase imperial, caracterizou-se por ser uma economia essencialmente exportadora de produtos primários, agrícolas e minerais, que garantia ao capitalismo mercantil grandes lucros, mas também garantia numerosas vantagens ao

capitalismo industrial posteriormente surgido na Europa.

Como o processo de independência política de 1822 não significou uma independência econômica, a economia brasileira sempre participou do sistema capitalista internacional como uma peça auxiliar da engrenagem de um sistema autopulsor.

A utilização de mão de obra escrava transformou-se em obstáculo à necessidade de ampliação de mercado para a comercialização dos produtos industriais europeus. A existência do vínculo do escravismo negava as relações de produção típicas do sistema capitalista, afetando negativamente o polo já constituído dessas relações de produção: o grande proprietário rural.

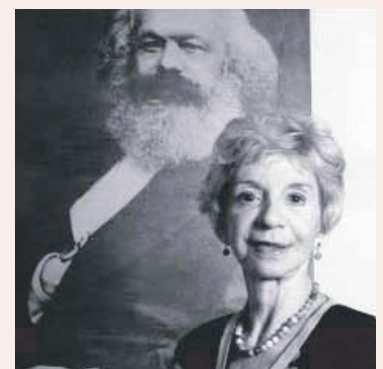
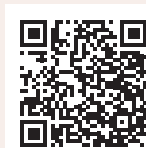
Entre 1970 e 1982, houve transformações substanciais na composição da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira, tanto no sexo dos trabalhadores quanto na distribuição pelos diferentes ramos das atividades econômicas.

A presença da mulher na PEA praticamente dobra, apresentando um aumento de 95,6%. A demanda por mão de obra

feminina é fruto da pauperização que assolou a população brasileira à época.

Na indústria de transformação (metalurgia, mecânica, telefonia) e dada à crise, as mulheres são as mais repelidas dos seus empregos, tendo suas expulsões começado antes do que a dos homens, e terminado ainda mais tarde. Essas mulheres expulsas desse setor foram absorvidas em atividades secundárias e terciárias, aumentando o grau de precarização da força de trabalho feminina. Nos anos 1970, a presença do capital estrangeiro nas indústrias de ponta absorveram grandes efetivos de mão de obra feminina.

Leia na íntegra em:



Sindical

Enfermagem retoma mobilização por piso salarial e jornada de 30h

O editorial do jornal “O Futuro” tem insistido, desde janeiro: 2025 será o ano da redução da jornada de trabalho no Brasil! Temos insistido também que essa luta não se limita à PEC que propõe o fim da escala 6x1. Assim, não poderíamos deixar de saudar com entusiasmo a retomada da luta da enfermagem pela jornada semanal de 30 horas!

No nosso país, a categoria da enfermagem abrange quase 3 milhões de profissionais, entre auxiliares, técnicos e quase 700 mil enfermeiras e enfermeiros. A jornada de 30 horas é uma pauta histórica dessa categoria, sendo reconhecida até mesmo pela Organização Mundial da Saúde como necessária. Essa luta já chegou a se refletir na conquista de leis estaduais, como no caso da Lei 8.315/2019 do estado do Rio de Janeiro. No entanto, por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a redução da jornada de trabalho por meio de lei estadual, mostrando mais uma vez que a “segurança jurídica” pela qual o STF zela será sempre a segurança jurídica dos patrões para explorar seus empregados.

Depois dessa derrota judicial e depois dos dramas vividos pela categoria ao longo da pandemia da Covid-19, mais uma vez o movimento dos trabalhadores partiu para a ofensiva, conseguindo articular no Congresso Nacional a PEC 19/2024, que vincula a jornada de 30 horas semanais ao Piso Nacional de Enfermagem. Com a manifestação convocada pelo Conselho Federal de Enfermagem para o dia 12 de março, em Brasília, a categoria espera acelerar a tramitação da PEC e conquistar condições dignas de trabalho, absolutamente imprescindíveis em uma atividade profissional onde a precarização do trabalho tem reflexos diretos na qualidade do serviço – que, no caso, é um serviço que diz respeito à saúde e às vidas da população trabalhadora.

Com essa movimentação, a categoria da enfermagem se coloca na linha de frente da luta pela redução da jornada de trabalho em nosso país. Sua vitória não dirá respeito somente à enfermagem, nem só às vidas daqueles atendidos por essa categoria: será um gigantesco impulso na luta de toda a classe trabalhadora brasileira pela jornada de 30 horas semanais em escala 4x3!



Foto: Reprodução/Cofen/Redes sociais.

Política

PGR oferece denúncia contra Jair Bolsonaro e aliados golpistas



Ex-Presidente da República Jair Bolsonaro, durante audiência ao Ministro de Estado da Defesa, General Braga Netto. Foto: Claubert Cleber Caetano/Presidência da República.

O ex-presidente é acusado de integrar organização criminosa com emprego de armas, que utilizou de violência para atentar contra o funcionamento do Estado e incorrer em tentativa de deposição de governo eleito.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) ofereceu na terça-feira (18) denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e consortes em inquérito que apura a tentativa de golpe de Estado perpetrada no ano de 2022.

Ao contrário do que era aventado anteriormente pela imprensa, a denúncia de Janot não versa sobre o esquema de venda de joias ou da fraude em cartões de vacina, acusações em que Bolsonaro figura como investigado, mas que não foram oferecidas denúncias até o presente momento.

A denúncia da PGR aponta Bolsonaro como líder da organização criminosa que atentou contra o Governo Lula-Alckmin, eleito no pleito de 2022. Bolsonaro figura no inquérito junto a uma lista de 34 outros denunciados. O núcleo duro dirigente da intentona, além de Bolsonaro, é arrolado com a seguinte composição:

Alexandre Rodrigues Ramagem
Almir Garnier Santos
Anderson Gustavo Torres
Augusto Heleno Ribeiro Pereira
Mauro César Barbosa Cid
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira
Walter Souza Braga Netto

Bolsonaro havia sido indiciado em novembro de 2024 pela Polícia Federal, junto de seus cúmplices golpistas. A tentativa de golpe teria sido tramada em 2022, para evitar a posse da chapa Lula-Alckmin como, respectivamente, presidente e vice-presidente da República após a vitória contra a chapa de Bolsonaro nas urnas em novembro daquele ano.

A operação golpista era estruturada em núcleos, identificados pela investigação da Polícia Federal da seguinte forma: núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral, núcleo de incitação de militares a aderir ao golpe de Estado, núcleo jurídico, núcleo de apoio às ações golpistas, núcleo de inteligência paralela e operativo de medidas coercitivas.

Sobre a denúncia, o atual ministro da Defesa, ex-ARENA e porta-voz das forças armadas no Governo Federal, José Múcio, afirmou estar “constrangido”. Na quarta-feira (19), o ministro se reuniu com o Comando do Exército

para tratar do tema, ocasião na qual declarou que, em sua avaliação, a denúncia individualiza a responsabilidade aos investigados e afasta as suspeitas que pairam sobre a instituição das Forças Armadas. “Agora, com a denúncia, os CPFs foram identificados, tirando a suspeita coletiva”, disse o ministro.

Entretanto, a quantidade de militares envolvidos direta ou indiretamente nos fatos denunciados esclarece que a intentona teve como ponto de partida o interior da caserna. Dos 34 envolvidos, 24 são militares. Da mesma forma, todos os sete envolvidos em seu núcleo dirigente eram militares ou policiais.

José Múcio atuou, desde a sua posse, como representante direto dos interesses das Forças Armadas no governo. Na ocasião dos atos fascistas em Brasília, por exemplo, Múcio imediatamente assumiu posição em favor dos criminosos do 8 de janeiro, alegando que muitos eram inocentes e que mereciam penas mais brandas.

No início de 2025, Múcio havia pedido a Lula para deixar o ministério na reforma ministerial, mas acabou convencido pelo presidente a permanecer à frente da pasta, permanência que foi comemorada pelas Forças Armadas.

A denúncia da PGR, limitada ao campo da jurisdição criminal, é um ‘raio em céu azul’ quando se trata de responsabilização dos militares e da burguesia nacional por suas articulações golpistas e fascistas. A tônica do Governo Federal na primeira metade do mandato de Lula foi, até então, de operar um verdadeiro pacto de esquecimento nacional diante do golpismo fardado, sem que haja um esforço político de retomada do lema do “Sem Anistia”, ventilado na cerimônia de posse da chapa eleita, mesmo após apurada tentativa de atentar contra a vida do presidente.

O próximo passo processual do caso é a apuração dos fatos narrados na denúncia pelo Supremo Tribunal Federal. A decisão pode ser tomada tanto pelo pleno, quanto pela 1ª Turma, presidida pelo Ministro Alexandre de Moraes. Caso aceita pela corte, a denúncia ensejará uma ação penal, cujo foro é o próprio STF, e os investigados passam à condição de réus. Jair Bolsonaro e consortes, por ora, respondem em liberdade.

Economia

Gabriel Galípolo na presidência do Banco Central: rentismo segue no comando

Gabriel Galípolo assumiu a presidência do Banco Central neste 2025. O presidente da República e a militância governista passaram dois anos com um discurso despolitizado que resumia todos os problemas na gestão do Banco Central ao fato do antigo presidente, Roberto Campos Neto, ser um bolsonarista. A ideia básica era: Campos Neto mantinha a taxa básica de juros (Selic) sempre alta porque, como bolsonarista, quer sabotar o Governo Lula-Alckmin e reduzir o nível de crescimento econômico e geração de emprego no país.

É importante lembrar um fato básico: desde o Plano Real, o Brasil tem consistentemente as maiores taxas de juros do mundo. Numa diversidade de presidentes da república, composições no Congresso Nacional e presidentes do Banco Central, é uma constante uma taxa de juros alta, remunerando os rentistas na casa dos milhões e bilhões. Isso por si só coloca em dúvida a consistência da retórica de resumir todos os problemas do Banco Central ao antigo presidente bolsonarista. Esse elemento até poderia ser usado, mas como um instrumento de agitação e parte de um debate mais amplo, sólido e consistente sobre a financeirização, rentismo e controle do capital sobre o Banco Central (BC).

Além deste elemento, vale

lembrar que Gabriel Galípolo era diretor do Banco Central antes de se tornar presidente da instituição. Nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) cada diretor tem um voto, ou seja: para as decisões votam todos os diretores do BC e o presidente da instituição. Quando o bolsonarista Campos Neto era presidente, como votou Gabriel Galípolo? Atuou para baixar a taxa de juros? Era um contraponto ao presidente bolsonarista do BC? Não. O portal Poder360 elaborou um gráfico revelador com as votações de Galípolo e Campos Neto nas reuniões do Copom, vejamos. Como o gráfico demonstra, nunca aconteceu qualquer divergência significativa entre Campos Neto e Galípolo. Enquanto o indicado por Bolsonaro era o presidente do BC, o discurso governista era dizer que o indicado de Lula deveria manter um perfil discreto e não buscar o confronto, para quando assumir a presidência, mudar os rumos da política monetária e do Banco Central. Se todos os problemas do mundo fossem por causa do presidente do BC bolsonarista, assim que assumisse o petista teríamos um céu de brigadeiro.

Pois bem, Gabriel Galípolo assumiu a presidência do BC. Na primeira reunião do Copom no novo cargo ele anunciou um



Foto Lula Marques/ Agência Brasil

aumento de 1% na taxa de juros e deixou encaminhado um novo aumento para reunião de março do Copom. Ou seja: a taxa Selic hoje está em 13,25% e em março vai para mais de 14%. Frente a essa decisão do Copom, com presidência e maioria dos diretores indicados por Lula, qual foi a nova mentira criada? A ideia de que Campos Neto montou uma armadilha para Galípolo, deixando indicado na ata do Copom de dezembro, mais dois aumentos da taxa de juros – um em janeiro e outro em março.

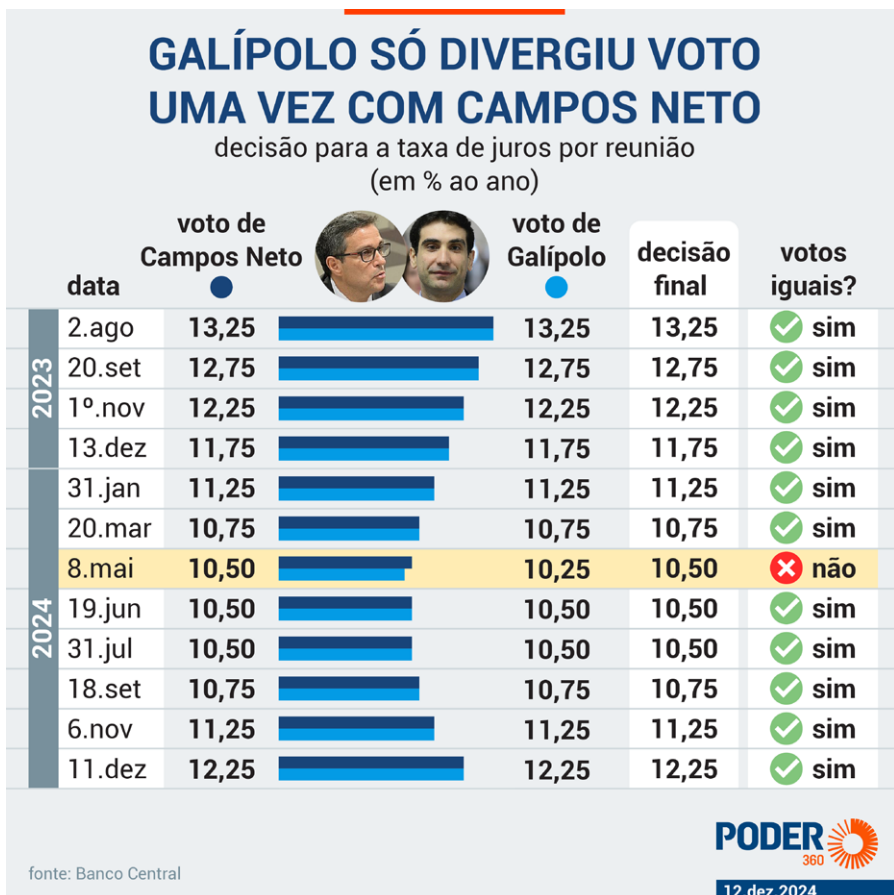
Agora o discurso oficial é que não é possível dar “cavalo de pau” na economia brasileira e que a baixa da taxa de juros é algo que virá com o tempo. É muito fácil desmontar essa mentira. Em dezembro, na última reunião do Copom com Campos Neto como presidente do BC, Galípolo outra vez votou junto com o bolsonarista. A conclusão é óbvia: se foi uma “armadilha” deixada, o indicado de Lula é um dos autores de tal armadilha.

Em segundo lugar, é falso resumir as opções de Galípolo a aumentar 1% a taxa de juros ou já em janeiro começar a redução da taxa Selic. O presidente do BC e os diretores indicados pelo Governo Petista poderiam ter mantido a taxa de juros, subido menos que 1% ou até, na ata do Copom, indi-

car uma nova leitura da realidade econômica do país, começando a desconstruir os mitos neoliberais que justificam uma irreal meta de inflação de 3% e a maior taxa de juros real do mundo.

O BC presidido por Galípolo não só aumentou a taxa de juros em 1% e indicou um novo aumento para março, como na ata da reunião, o discurso ideológico dos tempos de Campos Neto é o mesmo: é preciso aumentar a taxa de juros porque o mercado – como o mercado de trabalho – está aquecido demais e a única forma de controlar inflação é com política monetária, isto é, aumentando a taxa de juros.

Em suma, trocou-se o presidente do Banco Central, mas a política segue a mesma. Nos últimos 12 meses, os detentores de títulos da dívida pública tiveram um lucro de quase 1 trilhão de reais. A única diferença é que agora, como o presidente do BC foi indicado por Lula, a simulação de luta dos dois anos vai desaparecer. Ninguém verá mais Lula, Gleisi Hoffmann e a bancada do PT – e partidos satélites, como a majoritária do PSOL, dirigida por Guilherme Boulos e Erika Hilton – falando que o presidente do BC é um sabotador do país e funcionário do capital financeiro por manter a maior taxa de juros do mundo.



Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br



Internacional

A Cruzada de Trump contra a identidade de gênero

No dia 20 de janeiro, logo após a sua posse, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, publicou a ordem executiva Defendendo mulheres da ideologia de gênero extremista e restaurando verdade biológica no Governo Federal (tradução livre). A ordem executiva traz consigo uma normativa do Governo Federal estadunidense caracterizada pelo que o republicano chama de “proteção das mulheres contra o extremismo da ideologia de gênero” – o que consiste na perseguição de pessoas transgênero e no prenúncio do cerceamento dos direitos de todas as mulheres.

A ordem executiva alega ser uma reação contra “ideólogos de gênero” que usariam medidas coercitivas legais e sociais para permitir que “homens que se auto-identificam como mulheres” acessem espaços e atividades exclusivos para mulheres, citando como exemplo centros de acolhimento para vítimas de violência doméstica e chuveiros femininos nos locais de trabalho. A ordem aponta que os “esforços para erradicar a realidade biológica do sexo” atacariam os direitos e a segurança das mulheres, evocando claramente o pânico moral, trazendo insinuações de violência sexual para estigmatizar pessoas transgênero. Dessa forma, Trump e seu governo tentam se colocar como protetores das mulheres “biológicas” ao perseguir pessoas trans.

A ordem executiva surge no contexto da contrarrevolução cultural frente aos avanços conquistados pelos movimentos feminista e LGBTI+ especialmente na década de 2010. Historicamente, foi um momento caracterizado não apenas pelo debate cultural dentro da sociedade, como também por avanços legais, como é o caso do casamento homoafetivo e a criminalização da homofobia. Todo esse processo foi cooptado pela política burguesa social-liberal, de modo que as questões econômicas, estruturais e materiais das opressões sempre fo-

ram postas em segundo plano. Foi o período do “capitalismo colorido”, em que pautas de grupos oprimidos passaram a ser mercantilizadas e cooptadas pelo capital.

Em termos práticos, a ordem inicia definindo os conceitos de sexo, mulher, homem, fêmea, macho, ideologia de gênero e identidade de gênero – esta última tendo especial destaque, pois impede que a identidade de gênero seja base para a formulação de políticas públicas. Também determina que o financiamento federal não pode ser utilizado para promover a “ideologia de gênero” e que o Procurador-Geral deve apresentar uma normativa que assegure a “liberdade de expressão” do caráter binário do sexo e garanta o direito a espaços segregados por sexo “biológicos” nos locais de trabalho.

A ordem executiva de Trump também impõe a todas as agências e funcionários federais a linguagem “biológica” de gênero de Trump e outros conservadores. Isso implica no impedimento da utilização de identidade de gênero, além de impor que qualquer documento de identificação deve conter um campo para “sexo”, de acordo com a definição apresentada.

Esta última mudança é semelhante à nova Carteira de Identificação Nacional, proposta por Bolsonaro e mantida por Lula no Brasil. Mesmo com promessas no período eleitoral e com a liminar da justiça federal determinando a exclusão do campo “sexo” e fim da distinção entre nome social e nome civil, o governo petista não suspendeu a decisão do mandato anterior.

A ordem executiva de Trump não se limita à burocracia de seu regime. Ela também determina que mulheres trans deverão ser encarceradas em prisões masculinas, suspendendo seu atendimento médico especializado em sua identidade de gênero, de modo a destransicionar essas detentas contra sua vontade. É sabido que as prisões infelizmente acabam sendo espaços com eleva-

dos níveis de violência sexual. Forçar mulheres trans a serem encarceradas junto à homens cis é submeter conscientemente esta população à violência e ao abuso contínuos. Esse cenário, junto à falta de amparo médico e à destransição forçada, certamente resultará em elevadas taxas de suicídio para a população trans encarcerada, especialmente para as mulheres trans.

Em termos práticos, a ordem vai no sentido da implementação do genocídio da população trans nos Estados Unidos, representando um salto qualitativo neste processo. Até então, o que estava posto era um avanço, apenas a níveis estaduais, da segregação social de pessoas trans, que legalmente tinham seus direitos cerceados em campos como educação, saúde, entre outros. Agora, a ordem busca implementar a nível federal políticas voltadas para o pânico moral, estigmatizantes para as populações transgênero.

O governo estadunidense de Donald Trump está traçando a ofensiva conservadora na pauta de gênero como uma prioridade. Como afirma membros da administração: “Essa foi realmente uma questão decisiva da campanha. O presidente vai cumprir as promessas que fez durante a campanha”. Do mesmo modo como Trump se baseia no supremacismo branco para suas políticas raciais, se baseia em um tipo de “supremacismo cis” nas suas pautas de gênero. Desse modo, instrumentaliza as pautas das mulheres, criando uma divisão entre mulheres cis e trans e estimulando o pânico moral, de maneira a responsabilizar minorias sociais, como as mulheres trans, por problemas estruturais vividos pelas mulheres cis trabalhadoras – do mesmo modo como se utiliza do racismo para insuflar trabalhadores brancos pobres contra as mazelas de suas vidas, como se o seu empobrecimento não fosse resultado do modo de produção capitalista, mas culpa das minorias racializadas

e sua luta por dignidade.

A realidade que assola os EUA não está muito distante daquela que convivemos no Brasil. Gênero e transgeneridade são alvo de medidas conservadoras promovidas pela extrema direita e negligenciadas pelo governo social-liberal. Pode-se citar o PL 5275/2023 que “Estabelece o sexo biológico como critério único de definição de “sexo” para fins de definição, coordenação e execução de políticas públicas, altera o art. 38 da lei 14.600, de 19 de junho de 2023, e estabelece outras providências”, assim como o PL 5769/2023, que “Estabelece o sexo biológico como critério de classificação em qual estabelecimento penal o condenado, o submetido à medida de segurança, o preso provisório e o egresso serão recolhidos”, ou ainda o PL 4682/2023, que “Disciplina o uso de banheiros e sanitários em ambientes Privados e Públicos no Brasil” e o PL 1569/2023, que “Altera o item primeiro do art. 70 da Lei Ordinária nº 6.015 de 1973 para incluir o sexo de nascença dos cônjuges”. Além disso, é importante ressaltar o papel conservador pautado no pânico moral da nova Carteira de Identidade Nacional, mantida pelo governo petista.

Somente no ano de 2023, foi perceptível um aumento em 177,5% (quando comparado ao período entre 2019 e 2022) de projetos de lei que visam cercear pessoas transgêneros e pautar transgeneridade de modo a combatê-la. Dados da Folha de São Paulo de março de 2023 apontam 69 projetos de lei até aquele momento. A maior parte dos projetos vem de deputados da extrema-direita e da direita, de partidos como PL, legenda de Bolsonaro e Nikolas Ferreira, União Brasil, Republicanos, Democracia Cristã e MDB. Esses projetos buscam tirar direitos da população trans, seja combatendo a linguagem neutra ou impedindo o acesso de crianças e adolescentes trans aos tratamentos médicos referentes a sua transição. Há projetos referentes à proibição da “ideologia de gênero”, que visam implementar o programa chamado “Escola sem Partido” em instituições de ensino, levando assim à proibição de temáticas relacionadas à diversidade de gênero em sala de aula. Também há projetos de lei que visam impedir pessoas trans de participar de competições esportivas e proibir a instalação de banheiros unissex em estabelecimentos públicos e privados.

Dessa forma, são inegáveis as similaridades entre as demandas da extrema-direita no Brasil e nos EUA. Culpabilizando populações estigmatizadas e minorias (como pessoas transgênero ou imigrantes) pelas mazelas do capitalismo, busca-se dividir e desmobilizar a classe trabalhadora, impedindo-a de perceber as estruturas e as elites proprietárias responsáveis pelas mazelas da sociedade contemporânea.



Foto: Ben Curtis/AP

Internacional

DeepSeek e a disputa imperialista pela tecnologia de ponta

A ascensão do DeepSeek chinês na corrida tecnológica global e seus impactos na disputa imperialista entre EUA e China revela as limitações do capitalismo no desenvolvimento autônomo de países como o Brasil.

Nos últimos anos, o campo da inovação tecnológica tornou-se um dos principais teatros da disputa imperialista, refletindo as tensões geopolíticas entre as grandes potências. A mais recente revolução nesse cenário é a ascensão do DeepSeek, uma inovação proveniente da China que visa estabelecer a nação como líder global no campo da inteligência artificial (IA) e da análise de dados. No entanto, o DeepSeek vai além de uma simples inovação tecnológica, representando a própria batalha imperialista entre os EUA e a China pelo controle da liderança científica e tecnológica mundial, que impacta diretamente nas relações de poder entre as nações.

Dessa forma, essa disputa tem um significado maior dentro de uma ótica de crítica à economia política, de modo que essa inovação tecnológica não é um processo autônomo ou neutro, mas sim, um reflexo das relações de classe, do controle do conhecimento e da distribuição desigual do poder no mundo. O avanço do DeepSeek está profundamente inserido nas contradições do sistema capitalista, que, em sua fase imperialista, busca não só explorar os mercados, mas também dominar as formas de conhecimento e as novas forças produtivas.

Trata-se de uma competição pelo controle de mercados e tecnologias essenciais que moldam a economia global, e, nesse contexto, as nações imperialistas buscam garantir sua supremacia não só no comércio, mas também no desenvolvimento e controle de inovações tecnológicas. O lançamento do DeepSeek pela China, por exemplo, é uma resposta estratégica nesse domínio. Ao desenvolver uma tecnologia que pode competir com as grandes inovações dos EUA, como as que alimentam a inteligência artificial de empresas como Google e Amazon, a China não está apenas avançando no campo científico, mas buscando reverter a hierarquia do conhecimento tecnológico global.

A disputa imperialista entre os EUA e a China no campo da tecnologia

O DeepSeek surge em um momento crucial na rivalidade geopolítica entre os Estados Unidos e a China. A tecnologia desenvolvida pela China reflete uma intenção explícita de desafiar a supremacia

imperialista dos EUA, que se mantém como líder global no campo da inovação, sobretudo nas áreas de inteligência artificial, computação em nuvem e análise de big data. O avanço de tecnologias como o DeepSeek desafia diretamente a posição dominante das corporações imperialistas dos Estados Unidos, como Google, Microsoft e Amazon, cujas ações estão sujeitas a flutuações com as tensões geopolíticas e comerciais.

Esse fenômeno, característico da fase imperialista do capitalismo, é marcado pela oscilação das ações dessas corporações.

Em resposta ao avanço da China, os Estados Unidos reagiram com uma série de medidas protecionistas, incluindo a imposição de sanções contra empresas chinesas como a Huawei e a recusa de tecnologia avançada para evitar o avanço do país nas áreas mais estratégicas. A guerra comercial entre as duas potências intensifica-se não apenas nas tarifas, mas também no terreno da ciência e da tecnologia. A China, por sua vez, ao desenvolver inovações como o DeepSeek, está buscando uma autossuficiência tecnológica, desconstruindo a dependência das patentes e inovações ocidentais.

Os EUA, ao tentarem isolar a China nas áreas tecnológicas, confirmam a centralidade da tecnologia como uma forma de hegemonia imperialista. Ao mesmo tempo, a China não está apenas reagindo, mas avançando com seu próprio projeto de soberania tecnológica, e o DeepSeek é a expressão dessa nova fase. Trata-se de um jogo de poder em que o controle das novas tecnologias se traduz diretamente em um controle maior sobre os fluxos econômicos globais, sobre os mercados de trabalho e, finalmente, sobre a capacidade de moldar o futuro econômico global.

As incertezas geradas por essa disputa entre as potências levam os investidores a reagir de forma imprevisível, com os preços das ações variando conforme o avanço ou retrocesso das tensões geopolíticas. As potências imperialistas utilizam suas grandes corporações tecnológicas como instrumentos de guerra econômica, com impactos diretos sobre a economia global e as condições de vida das classes trabalhadoras em todo o mundo.

Além disso, o desenvolvimento de tecnologias como o DeepSeek acirra ainda mais a concentração monopolista das grandes corporações em poucas mãos. Embora essas inovações possam ser conside-

radas avanços técnicos, o uso delas no capitalismo tende a beneficiar uma minoria, enquanto a maioria da população global permanece à margem do acesso a esses novos recursos. Assim, o próprio avanço científico e tecnológico, sob o capitalismo, se torna uma ferramenta de concentração e controle, não de desenvolvimento social e econômico para as massas.

A dependência brasileira e a insuficiência do capitalismo no desenvolvimento tecnológico

A recente ascensão do DeepSeek e a crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China pelo controle da vanguarda tecnológica global expõem, de maneira clara, a dependência estrutural do Brasil e de outras nações em relação aos centros imperialistas de poder. Embora o Brasil se coloque como uma potência emergente em diversos setores da economia global, sua posição na cadeia imperialista continua sendo de dependência tecnológica. Essa dependência é particularmente evidenciada no campo das inovações científicas e tecnológicas, nas quais o Brasil é um país submisso às decisões políticas e econômicas tomadas pelas potências imperialistas, como os EUA e a China.

Uma outra análise permite entender que a dependência tecnológica do Brasil não é um acidente histórico, mas uma consequência direta da inserção subordinada do país no sistema capitalista global. A realidade do Brasil, como parte integrante da periferia do capitalismo, impõe limitações estruturais ao seu desenvolvimento tecnológico. O país está inserido em uma divisão internacional do trabalho que o coloca como fornecedor de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, em vez de um centro de inovação e produção tecnológica. A história da industrialização no Brasil, profundamente marcada pelo modelo de substituição de importações e pelo projeto de desenvolvimento voltado para o mercado interno, nunca foi capaz de se desviar da lógica imperialista que restringe as possibilidades de avanço tecnológico genuíno.

Durante as últimas décadas, os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil foram extremamente limitados, e as políticas públicas frequentemente priorizaram

a absorção e adaptação de tecnologias desenvolvidas em outros países, em vez de fomentar um desenvolvimento tecnológico autônomo e baseado nas necessidades sociais do povo brasileiro. Esse padrão de desenvolvimento, imposto pelo capitalismo mundial, está atrelado à ideologia neoliberal que, ao longo dos anos, limitou os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e desestruturou o que restava da indústria nacional. O Brasil, assim, se vê relegado a um papel secundário no avanço das novas tecnologias, onde a dependência dos centros imperialistas se perpetua.

O capitalismo não tem como objetivo o desenvolvimento social, mas sim a maximização do lucro e o controle do poder global pelas grandes potências imperialistas. As inovações tecnológicas, sob o domínio do capitalismo, são produzidas não para melhorar as condições de vida da população mundial, mas para garantir o controle econômico e político das potências dominantes.

Essa lógica de desenvolvimento sob o capitalismo, centrada na competição e no controle do mercado, impede que países como o Brasil usufruam dos benefícios das inovações científicas e tecnológicas de maneira ampla e democrática. Ao invés de criar as condições para o desenvolvimento autônomo e sustentável, o capitalismo reforça a dependência dos países periféricos, enquanto as grandes potências controlam as tecnologias que poderiam impulsionar uma verdadeira revolução social. O Brasil, como parte dessa cadeia imperialista, permanece à margem dos avanços tecnológicos e, na maioria das vezes, é apenas um consumidor das inovações que surgem nos centros do capitalismo global.

Para o Brasil, a questão do DeepSeek não é apenas uma questão tecnológica, mas uma questão de soberania nacional. A dependência tecnológica do país reflete a subordinação econômica e política a um sistema imperialista que impede qualquer avanço significativo. A verdadeira emancipação do Brasil, assim como de outras nações dependentes, só se tornará possível quando o país conseguir romper com o capitalismo global, que coloca os interesses das grandes potências acima das necessidades do povo. Isso só será possível por meio da revolução socialista da classe trabalhadora.

Juventude

EaD cresce no ensino superior privado e deve ultrapassar matrículas presenciais

Modalidade é a única oportunidade de acesso ao ensino superior para milhares de brasileiros, mas entrega formação de má qualidade e notas baixas em avaliações do MEC.

O número de matrículas de educação a distância (EaD) no ensino superior deve ultrapassar a modalidade presencial em 2025. É o que apontam os dados do último Censo da Educação Superior, realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e divulgado em outubro do ano passado.

Os números demonstram que dos 9,9 milhões de estudantes no ensino superior no Brasil em 2023, 4,9 milhões estavam na modalidade a distância e 5,06 milhões no modelo presencial, diferença de apenas 150.220 matrículas.

Além disso, a pesquisa também mostra que o crescimento do número de estudantes no EaD ocorre ao mesmo tempo em que há diminuição dos matriculados no presencial. Entre os anos de 2022 e 2023, o Inep observou uma queda de cerca de 49 mil vagas presenciais, enquanto o ensino a distância cresceu com quase 600 mil vagas.

“É bem provável que no ano que vem essa curva [de matrículas presenciais e a distância] vai se cruzar, a se manter essa tendência”, explicou o diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Moreno, durante a apresentação do Censo, em 2024.

Considerando as vagas presenciais e a distância, a pesquisa apontou que o setor privado foi o responsável pela oferta de 95,9% das oportunidades de ingresso no ensino superior, contra apenas 4,1% da rede pública.

Por que o ensino a distância cresce no setor privado?

A atuação gestão do MEC atribui o crescimento dessa modalidade de ensino ao Decreto nº 9.057, assinado em 2017 pelo governo golpista de Michel Temer (MDB). A norma permite que instituições de ensino superior criem polos de educação a distância sem consultar o Ministério da Educação, e já no ano seguinte à publicação, as vagas disponíveis para o EaD

ultrapassam as presenciais.

Para tentar remediar a oferta desenfreada de graduações EaD, o MEC aprovou, em maio de 2024, uma resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que determina que cursos de licenciatura em EaD devem oferecer, no mínimo, 50% das aulas de forma presencial.

A decisão foi tomada porque são nos cursos de formação de professores que o ensino a distância mais cresce. De acordo com o Censo, 67% dos matriculados em licenciaturas estão em cursos a distância e 81% dos estudantes têm ingresso nesse tipo de graduação.

Já para 2025, o Ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou que o presidente Lula (PT), publicará, até fevereiro, um decreto para regulamentar a educação a distância no ensino superior, sem detalhes sobre as normas.

O que a pasta da educação não considera, no entanto, é a facilidade logística, os preços baixos nas mensalidades, a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência (PCDs) em cursos presenciais e o desinvestimento na educação pública presencial.

Para universitários que têm pouco tempo para estudar, por trabalharem em jornadas como a 6x1 e/ou por cuidar dos filhos, por exemplo, o ensino privado e a distância aparece como uma oportunidade para a conquista de um diploma de ensino superior, já que em instituições públicas presenciais as políticas de permanência estudantil, como bolsas, auxílios, restaurantes, moradias e creches são insuficientes e, por vezes, nem existem em alguns campus. Há, ainda, aqueles que vivem em regiões onde não existe oferta de cursos presenciais.

Tudo isso a preços muito baixos, que só podem ser oferecidos por instituições que não oferecem uma boa estrutura ou um número suficiente de profissionais qualificados, e atraem os estudantes mais pobres, que buscam, muitas vezes, o ensino superior como forma de melhoria na qualidade de vida.

De acordo com a edição de

2022 do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), 35% dos estudantes de cursos presenciais possuíam renda familiar superior a 4,5 salários mínimos, enquanto na modalidade EaD, a proporção era de 24%.

É possível garantir a qualidade do ensino EaD privado só com regulação?

A avaliação feita pelo Enade sobre a qualidade da educação superior atribui conceitos de 1 a 5 em diferentes tópicos. Na edição 2022, 48,7% dos estudantes avaliados eram concluintes de cursos EaD, e na apresentação dos resultados, o MEC apontou que “em algumas áreas de avaliação, como ciências econômicas e relações internacionais, há grande concentração nos cursos EaD com conceitos 2 e 3”. Já considerando cursos presenciais e a distância, 853 mil matriculados em universidades privadas conseguiram alcançar apenas o conceito 2.

Durante a coletiva de divulgação dos dados, que ocorreu em outubro de 2023, Camilo Santana deu indícios sobre as regulações que sua gestão pretende aplicar para a EaD: “O sinal de alerta para alguns cursos já está vermelho e precisamos corrigir isso. Ninguém corrige, ainda mais na Educação, com toque de mágica ou do dia para noite. O papel do MEC é de coordenar, avaliar e discutir. Precisamos discutir juntos e construir os caminhos para corrigir essas distorções”.

Ainda que alegue uma tentativa de melhorar a qualidade do ensino a distância em instituições privadas, o MEC esbarra no lobby das empresas de educação, que farão de tudo para manter a estrutura educacional precária, sem diminuir suas taxas de lucro.

Para se ter noção, o último Censo da educação superior também revelou que há uma média de um professor para mais de 170 alunos em EaD nas instituições particulares. Dessa forma, qualquer

investimento exigido do setor, resultará no aumento das mensalidades e no consequente endividamento e evasão dos estudantes.

Educação pública deve ser prioridade

No impasse entre MEC e instituições privadas sobre o ensino a distância, o EaD em instituições públicas, que pode funcionar como medida paliativa enquanto a expansão e o investimento financeiro necessários ao ensino público presencial não são suficientes, fica de lado.

Atualmente, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa de EaD da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), oferece 168.580 vagas, número menor do que as 264 mil que já foram oferecidas nos anos 2010, devido ao desinvestimento que começou a partir de 2016. “É necessário reconhecer o trabalho comprometido desenvolvido por muitas instituições de ensino superior públicas, que levam educação de qualidade aos rincões do país”, afirma Ana Lara Casagrande, professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em entrevista à Revista Pesquisa Fapesp.

E no ensino presencial da rede pública, que é capaz de oferecer com qualidade todos os cursos de graduação que são vetados no EaD — como medicina, direito e odontologia, por exemplo — e garantir auxílio financeiro, de cuidado, alimentação e moradia, além de projetos de pesquisa e extensão nas áreas de estudo, o descaso é o mesmo.

Das vagas disponíveis no ensino superior, segundo o Censo de 2023, apenas pouco mais de 1 milhão são de instituições públicas, número que representa 4,1% da oferta, contra 95,9% da rede particular. Já os dados do Observatório do Conhecimento, grupo formado por professores universitários de todo o país, mostram que o investimento federal para ensino superior e ciência diminuiu R\$ 117 bilhões entre os anos de 2014 e 2024.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

